

O escândalo ocupa o Congresso

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

A gosma da corrupção que esorre da CPI do Orçamento esprouou-se por todo o Congresso, invadiu gabinetes, transbordou para os plenários da Câmara e do Senado e como que aprisionou a todos no mesmo visgo grosso e sujo do constrangimento.

De tal modo que o Congresso é hoje a Comissão Parlamentar de Inquérito, com ele se confundindo no reconhecimento da sua responsabilidade pelo destino da instituição. O Legislativo depende da CPI, como o suspeito engaiolado do carcereiro, com as chaves da cela penduradas no cinto.

O fatalismo submisso a uma situação de fato, empapada de constrangimento, paralisou o Congresso, entorpeceu a morosa rotina legislativa e estabeleceu um compasso de expectativa, de enervante nervosismo. Ninguém se aventura a assumir iniciativa, a propor fórmulas que rompam o imobilismo que, ao menos até agora, está conseguindo engasgar o início do processo de revisão constitucional.

Compreende-se o retraimento do vexame coletivo. Até que a CPI apure responsabilidade, distribua atestados de inocência e liste os candidatos à cassação dos mandatos, o Congresso purgará remorsos e carpirá culpas pela cumplicidade com a roubalheira crônica e notória de anões e gigantes da quadrilha da Comissão Mista do Orçamento. A tolerância escapista da maioria, que apaziguava a consciência se distanciando da máfia, isolou a Comissão do Orçamento no seu esconderijo.

Mas se a atividade das gangues do tráfico da cocaína e da maconha não contamina a população das favelas - marginalizadas pelo estado e pela sociedade, vítimas e beneficiárias da vizinhança com o crime organizado, que as ampara nas aperturas em troca da exigência do silêncio, de olhos e bocas cerrados -, o Congresso não pode justificar-se do tipo de acordo tácito que o levou a fingir que não sabia das

bandalheiras na elaboração do orçamento.

A denúncia, com o estampido do escândalo, acouou o Congresso, engessando-o na ante-sala da CPI, à espera das sentenças fatais.

É grave o imobilismo que afetou o agudo sentimento de sobrevivência dos políticos. O empurrão da proximidade da campanha para a renovação dos mandatos parece travado pela incerteza, pela angustiosa insegurança do que ainda pode esguichar do jorro de lama da CPI.

O desinteresse pela revisão constitucional, embora circunstancial, possivelmente um desmaio de breve duração, é o melhor exemplo da abulia. Pois, à margem do encolhimento da pudicícia parlamentar, a revisão se oferece como a proposta de recuperação da imagem amarrotada. Pelo visto, falta

ao Legislativo, além da ágil capacidade de reagir, liderança que articule a volta por cima.

Como jogada ou manobra para arrancá-lo da fossa da humilhação, o processo revisionista poderia montar o cenário para o debate objetivo e a análise das mazelas do Legislativo, buscando o entendimento consensual em torno de projeto enxuto para corrigir as distorções.

Ao invés do acabrunhamento jururu, o Congresso deveria instalar o amplo debate nacional sobre a crise institucional do país, que bate às suas portas com a impaciência urgente do inadiável. A revisão, que ficou um tanto esvaziada, murcha pelas resistências de setores da sociedade e pela intransigente oposição da minoria, ainda pode ser salva e atualizada com a alteração das prioridades, para ceder à imposição que constitui o angustiante problema da rejeição popular ao Congresso.

Mas a inércia não se abate apenas sobre o Congresso. Diante da bulha polarizadora da CPI, do pasmo diante das denúncias torrenciais que avançam sobre todo o país, também o governo se entrega à perplexidade atordoada que baixa do presidente Itamar Franco e confunde assessores e ministros.

O primeiro ministro de fato, Fernando Henrique Cardoso, extenuado pela teimosia da inflação em ceder aos esforços da sua bem equipada assessoria, externou sua impaciência diante do imobilismo oficial, propondo a montagem de um núcleo de poder. A sugestão, como era previsível, foi sepultada pela ríspida declaração do presidente Itamar Franco, tocado na corda sensível da sua autoridade indivisível. Ora, o ministro Fernando Henrique errou ao escolher a tribuna para lançar sua proposta. Pois esse é o tipo de sugestão que só pode ser feita ao pé do ouvido, na confiabilidade da conversa entre amigos, sem frestas à indiscrição de estranhos. Depois, é uma questão de temperamento. O núcleo do poder no regime presidencialista é o presidente da República. Só ele pode abrir a guarda e selecionar assessores para as confidências do aconselhamento.

Mais do que governar, o papel de um presidente, com a autoridade moral do presidente Itamar Franco, é o de líder e porta-voz da indignação da sociedade. A corrupção mancha o Congresso, compromete parlamentares, agrava o despreço popular pelo Legislativo. Mas o roteiro da roubalheira atravessa o Executivo, reclama sua cumplicidade, engrossa com o tamanho da fatia do orçamento que o governo manipula.

A CPI do Orçamento ocupou o Congresso, que não descobriu como utilizar a revisão constitucional para se recuperar como instituição.

E, pelos caminhos truncados da omissão do governo, mantém o presidente na clausura da irritação, deixando vaga a liderança da campanha nacional para a grande operação de limpeza e salto para o futuro.

* Comentarista político do JORNAL DO BRASIL